



FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



MARGEM
DE CERTA MANEIRA



O maoismo
em Portugal,
1964-1974

Miguel Cardina

LISBOA:
TINTA-DA-CHINA
MMXI

Índice

As imagens reproduzidas
nesta edição foram gentilmente
cedidas pelo Centro de Documentação
25 de Abril.

© 2011, Edições tinta-da-china, Lda.
Rua João de Freitas Branco, 35A,
1500-627 Lisboa
Tels: 21 726 90 28/9 | Fax: 21 726 90 30
E-mail: info@tintadachina.pt
www.tintadachina.pt

Título: Margem de Certa Maneira.
O maoísmo em Portugal: 1964-1974
Autor: Miguel Cardina
Revisão: Paula Almeida
Composição e capa: Tinta-da-china

1.ª edição: Outubro de 2011

ISBN 978-989-671-105-4
Depósito Legal n.º 335357/11

Siglas	9
Introdução: Rubra impaciência	13
PARTE I	
O COMPLEXO DA ORGANIZAÇÃO	
1. A génese do maoísmo português	33
2. Refundar o partido: da FAP e do CMLP ao PCP (m-l)	53
3. MRPP: criar na luta o partido que nunca existiu	75
4. Voluntarismo e populismo na OCMLP	97
5. A URML e a crítica da deserção	117
6. A luta dos CCR (m-l) contra o «atraso ideológico»	127
7. Da vontade de unificar ao exílio italiano: O Bolchevista	137
8. Outros grupos «marxistas-leninistas»	143
PARTE II	
A TRAMA DO IMAGINÁRIO	
9. O Império do Meio e outras visões	157
10. Camponeses e operários	179
11. Em busca do proletariado	193
12. Servir o povo: a «implantação»	207
13. O revolucionário em construção	217
14. A arte da política	235
15. Guerra à guerra: oposições e anticolonialismo	251
16. Da deserção ao exílio	263
17. Tortura e silêncios	281
18. A política na prisão	295
Conclusões	305
Notas	315
Fontes e bibliografia	371
Índice Onomástico	387
Agradecimentos	397

«Dentro da margem de fora/não há sombra na demora
estatelada na história/fica a margem divisória
e no meio da viagem/a voz do vento é memória
de acreditar na vitória/de rebentar a barragem»

JOSÉ MÁRIO BRANCO
«Margem de Certa Maneira»,
do álbum *Margem de Certa Maneira* (1972)

Siglas

AAC	Associação Académica de Coimbra
AAFDUL	Associação Académica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
AE	Associação de Estudantes
AEIST	Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico
ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
ARA	Acção Revolucionária Armada
ARCO	Acção Revolucionária Comunista
ART	Associação Resistência e Trabalho
ASP	Associação Socialista Portuguesa
BR	Brigadas Revolucionárias
CAE	Comissões Anti-Eleitorais
CARP (m-l)	Comité de Apoio à Reconstrução do Partido (marxista-leninista)
CBS	Comissões de Base Socialistas
CC	Comité Central
CCP	Célula Comuna de Paris
CCP	Comité Comunista de Portugal
CCR (m-l)	Comités Comunistas Revolucionários (marxistas-leninistas)
CD	Comissão Directora
CD25A	Centro de Documentação 25 de Abril
CDE	Comissões Democráticas Eleitorais
CDI	Centro de Documentação Internacional
CDP	Comité de Desertores Portugueses
CE	Comissão Executiva
CEDUC	Centro de Estudos para o Desenvolvimento da Unidade Comunista

CGP	Comités Guerra Popular
CGT	Confédération Générale du Travail [Confederação Geral do Trabalho, França]
CICUTA	Círculo Cultural de Trabalho e Acção
CIMADE	Comité Inter-Mouvements Auprès des Evacués [Comité Inter-Movimentos de Apoio aos Evacuados, França]
CIP	Círculo de Iniciativas Políticas
CLAC	Comités de Luta Anti-Colonial
CMLP	Comité Marxista-Leninista Português
CML DE P	Comité Marxista-Leninista de Portugal
CPLAI	Comité Português de Luta Anti-Imperialista
CPP	Comité Pró-Partido
CPR	Comité de Propaganda Revolucionária
CP-UEP	Comités Pró-União dos Estudantes Portugueses
CRAE	Comités Revolucionários Anti-Eleitorais
CRC (m-l)	Comité Revolução Comunista (marxista-leninista)
CREC	Comités Revolucionários de Estudantes Comunistas
CRML	Comité Revolucionário Marxista-Leninista
CULIC	Comités Unitários para a Libertação Imediata das Colónias
DGS	Direcção-Geral de Segurança
EDE	Esquerda Democrática Estudantil
ESBAP	Escola Superior de Belas-Artes do Porto
FAP	Frente de Acção Popular
FEC (m-l)	Frente Eleitoral de Comunistas (marxistas-leninistas)
FEML	Federação de Estudantes Marxistas-Leninistas
FLN	Frente de Libertação Nacional
FLUP	Faculdade de Letras da Universidade do Porto
FPLN	Frente Patriótica de Libertação Nacional
FRAIN	Frente Revolucionária dos Movimentos das Colónias Portuguesas
FREP	Federação Revolucionária de Estudantes Portugueses
FUR	Frente de Unidade Revolucionária
GAP	Grupos de Acção Popular
GATE	Grupo de Arte Teatro e Ensaio
GP	Gauche Prolétarienne [Esquerda Proletária, França]
GRPL	Grupo Revolucionário Português de Libertação
ISCEF	Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras
IST	Instituto Superior Técnico
JAPPA	Junta de Acção Patriótica dos Portugueses na Argélia

JEC	Juventude Escolar Católica
JSN	Junta de Salvação Nacional
JUC	Juventude Universitária Católica
KFML	Kommunistiska Förbundet Marxist-Leninisterna [Federação Comunista Marxista-Leninista, Suécia]
KFML (R)	Kommunistiska Förbundet Marxist-Leninisterna (revolutionärerna) [Federação Comunista Marxista-Leninista (Revolucionária), Suécia]
LCI	Liga Comunista Internacionalista
LUAR	Liga de Unidade e Acção Revolucionária
MAC	Movimento Anti-Colonialista
MAEESL	Movimento Associativo dos Estudantes do Ensino Secundário de Lisboa
MAR	Movimento de Acção Revolucionária
MC	Movimiento Comunista [Movimento Comunista, Espanha]
MES	Movimento de Esquerda Socialista
MJC	Movimento das Juventudes Comunistas
MMLP	Movimento Marxista-Leninista Português
MPAC	Movimento Popular Anti-Colonial
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MRPP	Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado
MTPE	Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados
MUD-J	Movimento de Unidade Democrática Juvenil
MUNAF	Movimento de Unidade Anti-Fascista
NATO	North Atlantic Treaty Organization [Organização do Tratado do Atlântico Norte]
NJS	Núcleo José de Sousa
OCI	Organization Communiste Internationaliste [Organização Comunista Internacionalista, França]
OCMLP	Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa
OGMA	Oficinas Gerais de Material Aeronáutico
OPR	Organização Popular Revolucionária
ORPC (m-l)	Organização para a Reconstrução do Partido Comunista (marxista-leninista)
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PCA	Partido Comunista de Angola
PCC	Partido Comunista da China
PCF	Parti Communiste Français [Partido Comunista Francês]

PCI (m-l)	Partido Comunista da Índia (marxista-leninista)
PCMLF	Parti Communiste Marxiste-Leniniste de France [Partido Comunista Marxista-Leninista de França]
PC (m-l) P	Partido Comunista (marxista-leninista) de Portugal
PCP	Partido Comunista Português
PCP (e.c.)	Partido Comunista de Portugal (em construção)
PCP (m-l)	Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista)
PCP (R)	Partido Comunista Português (Reconstruído)
PCTP	Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PIDE	Polícia Internacional de Defesa do Estado
PRP	Partido Revolucionário do Proletariado
PSU	Parti Socialiste Unifié [Partido Socialista Unificado, França]
PTA	Partido do Trabalho da Albânia
PUP	Partido da Unidade Popular
RAF	Rote Armee Fraktion/Baader Meinhof [Fracção do Exército Vermelho, Alemanha Ocidental]
RPAC	Resistência Popular Anti-Colonial
SED	Sozialistische Einheitspartei Deutschlands [Partido Socialista Unificado da Alemanha, Alemanha Oriental]
SNI	Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo
TLP	Telefones de Lisboa e Porto
TUP	Teatro Universitário do Porto
UAR	União de Acção Revolucionária
UCF (m-l)	União dos Comunistas de França (marxista-leninista)
UCML	União Comunista Marxista-Leninista
UCRP (m-l)	União Comunista para a Reconstrução do Partido (marxista-leninista)
UDP	União Democrática Popular
UEC	União de Estudantes Comunistas
UEC (m-l)	União dos Estudantes Comunistas (marxistas-leninistas)
UEPF	União dos Estudantes Portugueses em França
UJCML	Union des Jeunesses Communistes Marxist-Leninistes [União das Juventudes Comunistas Marxistas- -Leninistas, França]
UNEP	União Nacional dos Estudantes Portugueses
URML	Unidade Revolucionária Marxista-Leninista

Introdução

Rubra impaciência

A expressão «Meninos Rabinos que Pintam Paredes» foi ampla e pejorativamente usada nos anos quentes de 1974 e 1975 para nomear os militantes do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP), um dos grupos mais activos na galáxia da extrema-esquerda portuguesa da década de 1970. Como em todas as caricaturas, também aqui um pequeno pedaço de verdade era ampliado até se tornar legível apenas à luz da ironia e do humor. Com efeito, não deixa de ser legítimo associar o MRPP a um estilo frenético e amiúde sectário de fazer política que por essa altura encontrava eco significativo nos ambientes universitários. É certo também que estes «meninos rabinos» dedicavam uma parte da sua intervenção pública à execução de enormes murais, em geral com óptima qualidade gráfica e de invariável tonalidade triunfalista. Acontece que o carácter jocoso da expressão tanto deixa ver uma parte da realidade como coloca na sombra o que foge à simplificação. Definindo o grupo como uma fauna agitada e de duvidosa origem de classe, rasura-se o facto de o MRPP ter igualmente dinamizado uma componente operária e, mais lateralmente, acaba por se reduzir a intervenção mural a um inócuo atrevimento juvenil de um dado grupo político'.

Expressões como aquela que abre esta introdução, comuns ao contexto político do imediato pós-25 de Abril, feito de acesos conflitos verbais e até físicos, acabaram por se alojar nos interstícios da memória social, forjando uma imagem bastante limitada do que foi em Portugal o complexo maoista ou «marxista-leninista» (m-l). Ao pretender analisar o mapa organizativo e os traços do imaginário maoista entre 1964 e 1974, este livro é também uma forma de diluir lugares-comuns como esse. Na verdade, não só o fenómeno em causa foi bem mais

plural do que a referência continuada ao MRPP permite supor, como a sua compreensão exige um olhar atento sobre a origem e estruturação deste terreno no decénio que antecede a queda do Estado Novo, enquadrando-o no clima dos debates que então animavam a esquerda mundial e na especificidade da situação do país.

A ruptura chinesa

Depois do corte anarquista na I Internacional, da ruptura consumada com a social-democracia no final da Primeira Guerra Mundial, e do dissídio trotskista durante a década de 1930, o maoísmo representou o quarto grande cisma na história do socialismo e do comunismo. Conjugando divergências ideológicas com problemas de política nacional dos respectivos países, o conflito sino-soviético viria a transformar-se num momento político marcante num tempo dominado pela Guerra Fria — a par da construção do muro de Berlim, da crise dos mísseis em Cuba ou da guerra do Vietname. Ao longo da década de 1960 e nos inícios da década seguinte, a disputa alimentou a construção em vários países de um campo ideológico pró-chinês, afastado dos partidos comunistas tradicionais alinhados com Moscovo.

As divergências de Mao com a URSS já se tinham manifestado antes de 1949, ano em que foi proclamada a República Popular da China. Em 1926 e 1927, Estaline havia forçado a aliança entre os comunistas chineses e os nacionalistas do Kuomintang. Essa união foi alvo de críticas por parte de Mao, vindo a ser desfeita na sequência do massacre de comunistas em Xangai, levado a cabo em 12 de Abril de 1927, pelas tropas de Chiang Kai-Chek — um acontecimento que servirá de pano de fundo ao livro *A Condição Humana*, de André Malraux. Poucos meses antes, Mao havia apresentado um relatório sobre as condições do campesinato na região de Hunan, no qual afirmava ser esta classe o motor da revolução, tese contraditada por Chen Duxiu, um dos fundadores do PCC e seu secretário-geral até 1927, e no ano seguinte pela Internacional Comunista.

A liderança fáctica de Mao emerge a partir de 1935, no contexto da Longa Marcha, expressão pela qual é designada a travessia de perto de dez mil quilómetros empreendida entre Outubro de 1934 e Outubro de 1935 pelo exército comunista, em fuga às tropas do Kuomintang. Christophe Bourseiller estabelece, no entanto, a data de Fe-

vereiro de 1942 como correspondendo ao nascimento do maoísmo enquanto ideologia independente². É nessa altura que, em Yen-an, se inicia a «campanha de rectificação», que atingiria os adversários de Mao no partido. A origem assim datada parece demasiado rígida, mas é efectivamente durante o período que a liderança de Mao se formaliza dentro do PCC e começa a despontar um interesse orientado pelas suas obras. A 1 de Outubro de 1949 seria proclamada em Pequim a República Popular da China, após anos de guerra contra os japoneses (1937-45) e de conflito com o Kuomintang. No seguimento da visita de Mao e Chu En-Lai à União Soviética dá-se a assinatura do tratado de cooperação, que levaria à deslocação de dez mil técnicos soviéticos para a China e à disponibilização de substancial ajuda financeira, transformando a URSS no grande modelo e aliado dos chineses.

A morte de Estaline, em 1953, e a denúncia do «culto da personalidade», três anos mais tarde, no decorrer do XX Congresso do PCUS, marcaram o início do afastamento entre chineses e soviéticos. Para além da «destalinização» iniciada por Kruschev e da defesa soviética da «coexistência pacífica» com os Estados Unidos da América, a liderança chinesa vinha também questionar o modo como se processara o auxílio técnico e científico dos soviéticos ao primeiro plano quinquenal chinês (1952-57). Em 1958, o programa seria substituído pelo chamado Grande Salto em Frente (1958-61), um gigantesco plano de obras públicas que seria ainda acompanhado pela elevação das comunas populares a uma espécie de forma prioritária de organização social. As comunas populares, juntamente com a linha geral socialista e o Grande Salto em Frente, eram agora definidas pelo partido como as «três bandeiras vermelhas» que o deveriam guiar.

Embora as divergências remontassem a anos anteriores, somente em Abril de 1960, por ocasião do nonagésimo aniversário do nascimento de Lenine, o conflito se tornaria evidente aos olhares exteriores, com a publicação, no jornal *Hongqi* («Bandeira Vermelha»), de *Viva o Leninismo!*³ Neste manifesto, que questionava abertamente o «caminho pacífico para o socialismo», a mira das críticas estava apontada para a Jugoslávia de Tito. Todavia, ao interrogar-se o «pacifismo burguês» contido nas teses jugoslavas, não se deixava incólume a «coexistência pacífica» dos soviéticos e o abandono do «marxismo-leninismo» em nome do receio de uma guerra nuclear generalizada⁴. Os soviéticos reagiram furiosamente a esta demonstração pública de independência e retiraram, em Julho de 1960, o apoio a importantes

projectos industriais e militares que se encontravam em planeamento ou em execução na China.

Em Novembro de 1960, um encontro de 81 partidos comunistas em Moscovo revelou uma atitude conciliatória para com os chineses. No entanto, em Outubro de 1961, no XXII Congresso do PCUS, um forte ataque soviético à Albânia fez com que o primeiro-ministro chinês Chu En-Lai abandonasse a reunião em protesto. Meses depois, a União Soviética recusaria apoiar a China no breve conflito que opôs esta última à Índia. A partir desta data, as divergências entre a China e a União Soviética agravam-se até à ruptura total. Simultaneamente, emergem críticas sonantes à Jugoslávia de Tito e às posições de Palmiro Togliatti e Maurice Thorez, líderes, respectivamente, dos partidos comunistas italiano e francês. Em Junho de 1963, os soviéticos são claramente criticados na «Proposta sobre a Linha Geral do Movimento Comunista Internacional» (ou «carta dos 25 pontos»), na qual os chineses condenam publicamente o «revisonismo»⁵ soviético, recusam a estratégia da «transição pacífica para o socialismo» e desenham um balanço global positivo da actuação de Estaline⁶.

Como o próprio nome do documento indica, tratava-se de delinear uma estratégia alternativa para o movimento comunista internacional. Não obstante o apelo final à unidade no combate ao imperialismo, o texto chinês lançava duros reparos à URSS. Apresentava-se repleto de citações dos clássicos, nomeadamente de Lenine, visando assim legitimar as afirmações proferidas recorrendo à autoridade máxima do comunismo soviético. A sugestão de que o país deixara de ser socialista aparecia ali sob a forma de pergunta: «ao chamar a um Estado socialista o “Estado de todo o povo”, não se está a tentar substituir a teoria marxista do Estado pela teoria burguesa do Estado? Não se está a tentar substituir o Estado da ditadura do proletariado por um Estado de carácter diferente?»⁷.

Os soviéticos viriam a responder no mês seguinte com uma «Carta Aberta do Partido Comunista da União Soviética», que assinalou a última comunicação formal entre os dois partidos. Genericamente, para os soviéticos, a posição chinesa revelava-se imprudente, tendo em conta a correlação de forças no contexto internacional e fomentava no limite um conflito nuclear generalizado. Para os chineses, a tese soviética da «coexistência pacífica» significava um abandono efectivo da luta entre comunismo e imperialismo. No auge do cisma, em 1969, chegou mesmo a configurar-se um confronto militar entre

os dois países a pretexto das suas linhas de fronteira. As leituras da disputa rapidamente extravasaram os territórios de origem e foram apaixonadamente divulgadas pelas hostes em conflito, com destaque para o embrionário movimento pró-chinês, que ia ganhando algum lastro um pouco por todo o mundo⁸.

Tal eco viria a ser fortemente amplificado na sequência da Grande Revolução Cultural Proletária. A campanha, lançada em 1966 por Mao, tinha como base a convicção de que mesmo num regime socialista subsistiam classes e conflitos de classe entre comunistas e apoiantes da via restaurativa do capitalismo no interior do partido. O ataque a estes deveria ser feito de fora do partido, mobilizando-se para isso as massas. Marcada pela tentativa de recuperar a pureza revolucionária, a Revolução Cultural serviu também para neutralizar os sectores contrários à linha maoista, que vinham ganhando força no interior do partido e do aparelho de Estado. Os numerosos episódios de violência, na sua maioria levados a cabo pelos jovens guardas vermelhos, constituem hoje um dos principais anátemas lançados contra o fenómeno⁹.

O maoísmo como fenómeno internacional

Os únicos estudos sistemáticos até agora publicados sobre o impacto global do maoísmo são os dois volumes de Robert Alexander dedicados à sua influência internacional no «mundo desenvolvido» e no «mundo em desenvolvimento». Não obstante analisar caso a caso diferentes países, os trabalhos de Alexander padecem de alguma falta de atenção relativamente aos contextos nacionais nos quais cada corte se opera. Se é indesmentível que as rupturas maoístas se fizeram em torno da incorporação pelos grupos emergentes dos postulados de Mao e das consequências do corte sino-soviético, a sua compreensão exige um olhar específico sobre a realidade de cada país e a história e situação dos diferentes partidos comunistas. Por outro lado, os trabalhos incorrem em vários erros e omissões, em boa medida originados pelo carácter exíguo das fontes, confinadas quase exclusivamente ao *Yearbook on International Communist Affairs*, publicado pelo Instituto Hoover, e à documentação oriunda do SED (Sozialistische Einheitspartei Deutschlands), o antigo partido comunista da Alemanha Oriental¹⁰.

Nas décadas de 1960 e 1970, a ressonância do maoísmo nos países do então chamado «Terceiro Mundo» foi extraordinariamente significativa, inspirando a definição de alguns movimentos de libertação africanos, a acção armada de grupos latino-americanos, como o peruano Sendero Luminoso, o rasto violento dos Khmers Vermelhos, no Camboja, ou as insurreições camponesas indianas impulsionadas pelos naxalitas¹¹. No «mundo desenvolvido», para utilizar a expressão de Alexander, o impacto do maoísmo em alguns países ocidentais foi evidente e passou a alimentar alguma produção historiográfica e jornalística, esta última geralmente centrada no percurso de alguns antigos activistas com relevo actual no mundo político, académico, social ou empresarial¹².

O maoísmo francês tem sido claramente o mais referido, originando trabalhos como os de Belden Fields, Marnix Dressen e Christophe Bourseiller. Belden Fields elabora um sólido estudo comparativo sobre o maoísmo e o trotskismo em França e nos Estados Unidos, estudo esse que contém não apenas uma análise minuciosa das organizações oriundas destes espectros ideológicos, mas também um confronto entre as teorias de Mao Tsé-Tung e de Leon Trotsky¹³. Marnix Dressen, por seu turno, mostra como o maoísmo, enquanto forma extrema de ódio à burguesia e de culto dos dominados, estimulou a irrupção de um imaginário militante que o autor analisa à luz da noção de «religião política»¹⁴. A exaltação do povo e a vontade de ligação às massas levou assim ao desenvolvimento de centenas de processos de «proletarização» por opção, envolvendo na sua maioria jovens que, não tendo sido socializados para trabalhar em fábricas, decidiram fazê-lo em nome do ideal revolucionário. É sobretudo na análise desses percursos que se concentra o esforço interpretativo de Dressen.

O livro de Christophe Bourseiller procura mapear os principais traços do maoísmo ocidental — que o autor, não resistindo a um certo chauvinismo cultural, reputa de «ideologia francesa» —, sintetizáveis em torno de quatro pilares. Em primeiro lugar, a vontade de exportar o modelo chinês, particularmente as práticas de inquérito no seio do povo, a «implantação» nas fábricas e nos campos e os movimentos de rectificação acompanhados de pungentes autocríticas. Em segundo lugar, o fascínio pelo Terceiro Mundo, tendo assumido papel de destaque nesse imaginário a luta conduzida pelos vietnamitas contra a potência norte-americana. Em terceiro lugar, o anti-sovietismo, que

levou os maoístas — diferentemente dos trotskistas — a considerar os países do «socialismo real» não como estados socialistas (ainda que «degenerados», como os definia o trotskismo), mas como países «social-imperialistas» dotados de um capitalismo de Estado. Por fim, o populismo, com a exaltação do papel transformador do povo e a concomitante difusão de um «ódio de classe». Embora Bourseiller note a existência de várias gerações de maoístas, os tópicos acima enunciados remetem para o que se pode definir já como uma segunda vaga do maoísmo global¹⁵.

Na verdade, enquanto a dissensão entre a União Soviética e a China, ocorrida nos alvares da década, alimentou rupturas ocorridas no interior dos partidos comunistas dos diferentes países, uma segunda vaga — mais declaradamente «maoista» — veio a afirmar-se no final da década de 1960, particularmente motivada pelo impacto da Revolução Cultural chinesa e pela ideia de que a transformação do mundo era um processo alimentado pelo questionamento permanente das estruturas hierárquicas constituídas nas várias esferas de poder. Esta segunda vaga teve grande expressão nos meios juvenis radicais, junto de sectores que, em regra, nunca haviam militado nos partidos comunistas tradicionais e que, apesar do discurso fortemente apoiado num vasto arsenal de citações de Lenine, mantinham uma difusa sintonia com o activismo voluntarista de um certo anarquismo histórico.

Esta dupla filiação levou a que o militantismo «pró-chinês» se inscrevesse de maneira oscilante entre o «protesto disciplinar» e o «protesto antidisciplinar» que, segundo a australiana Julie Stephens, caracterizou o radicalismo dos «longos anos sessenta»¹⁶. Aplicando um conceito de reminiscências «foucaultianas», Stephens considera que o carácter «antidisciplinar» da época resulta da invenção de uma nova linguagem contestatária, marcada pela celebração da ambiguidade e por uma recusa da «disciplina do político», tradicionalmente feita em torno de noções como organização, hierarquia e liderança. Seguindo esta linha argumentativa, a contestação — nomeadamente nas suas vertentes mais festivas — não foi apolítica mas inspirada, isso sim, pela vontade de transgredir a fronteira rígida que separaria combatividade política e agitação cultural. O modo como o movimento contestatário propunha uma «ética do prazer» contraposta à «ética do trabalho» levou a que se difundisse uma imagem pública que o associava à mera exaltação do hedonismo. Essa característica tê-lo-ia tornado extremamente dócil e facilmente apropriável pela

lógica de consumo do capitalismo tardio. Num sentido diferente, Stephens ressalva que o esforço de ultrapassar a linguagem e a racionalidade disciplinar aponta para uma clara consciência dos perigos de uma cooptação pelo sistema¹⁷.

A consciência desta tensão conduziu a duas respostas diferenciadas no seio do movimento. A primeira foi elaborada por grupos como o Provo holands¹⁸ ou os Yippies norte-americanos¹⁹, através do desenvolvimento de uma linguagem baseada na paródia, no humor e na ironia, e que, ao invés de procurar anular os paradoxos, os amplificava intencionalmente. A segunda foi proveniente de organizações ultramilitantes como o Weather Underground, que, influenciadas pelo terceiro-mundismo e pela crença na necessidade de uma revolução violenta, trocaram a guerrilha teatral pela guerrilha real. Stephens utiliza justamente o exemplo dos Weathermen para ilustrar a tensão entre uma política disciplinar e antidisciplinar no seio do movimento: por um lado, consideravam-se uma vanguarda composta por células secretas prontas para a acção armada contra o Estado, com tudo o que isso tem de devedor ao autocontrolo e ao sacrifício pessoal; por outro, definiam-se como uma antiorganização, encaravam a revolução como um jogo perigoso e usavam LSD como forma de libertar os membros do grupo de qualquer tipo de controlo interno ou externo²⁰.

As noções de «protesto disciplinar» e «protesto antidisciplinar» são conectáveis com o que Luc Boltanski e Eve Chiapello denominam «crítica social» e «crítica artística». Segundo estes autores, desde meados do século XIX que se desenvolveram esses dois tipos distintos de oposição ao capitalismo, ambos revolucionários no sentido em que propunham a criação de uma nova personalidade, liberta de constrangimentos desumanizadores. A «crítica social» enfatizava a iniquidade da exploração, reivindicava a noção de progresso e entendia a libertação como dependente da mudança no regime de propriedade e no modo de produção. A «crítica artística» possuía um forte cunho anti-industrial, baseando-se no romantismo revolucionário e condenando o capitalismo por originar uma sociedade assente na mecanização e na massificação. Em *Le Nouvel Esprit du Capitalisme*, os autores atribuem às duas críticas uma importância semelhante durante os eventos condensados em redor de Maio de 68. No entanto, a «crítica artística» — que vêem como produto de limitados círculos culturais — acabou por ser cooptada pelo sistema e deu origem,

a partir da década de 1980, a um «novo espírito do capitalismo», marcado pelo elogio da criatividade, da autenticidade, da flexibilidade, da liberdade laboral e do trabalho em rede²¹.

Um autor que tem investigado com profundidade o tema do «romantismo revolucionário», como é o caso de Michael Löwy, enjeita a forma demasiado restrita como Boltanski e Chiapello lêem a noção. Para Löwy, o romantismo não é apenas uma corrente cultural do século XIX, mas uma visão de mundo que acompanha a modernidade e se constitui, relativamente a ela, numa espécie de «autocrítica». Com fortes laivos anticapitalistas, o «romantismo revolucionário» aponta o dedo à mecanização do mundo e à perda dos valores qualitativos, sendo detectável no socialismo utópico ou no surrealismo e em autores tão diversos como Georg Lukács, Walter Benjamin, Theodor Adorno, Ernst Bloch, Herbert Marcuse, Guy Debord ou Henri Lefebvre. Enquanto protesto contra o «desencantamento do mundo» ao qual se referiu Max Weber, ele navega num limbo contraditório que pode combinar a nostalgia do passado pré-capitalista com a esperança revolucionária num novo porvir²².

Michael Löwy salienta a aproximação possível entre a «crítica artística» do capitalismo, tal como a definem Boltanski e Chiapello, e a noção de «romantismo revolucionário». Considera, porém, que este fenómeno — nomeadamente no contexto de 68 — não pode ser reduzido a um «estilo de vida boémio» próprio de artistas, tendo ecoado amplamente em intelectuais, mulheres, estudantes e outros grupos sociais que refutaram a modernização capitalista e os seus efeitos. Por outro lado, nota como a ideia de cooptação da «crítica artística» — criando uma ligação directa entre os rebeldes de 1968 e os *yuppies* da década de 1980 — acaba por perder no processo um elemento verdadeiramente central, o anticapitalismo. Reconhecendo pertinência à análise, Michael Löwy opta por acentuar a funda distância ética e política entre ambas as margens. Se o capitalismo pode integrar elementos «românticos» e «artísticos» no seu discurso, afirma Löwy, é porque simultaneamente desarma o seu conteúdo social e anestesia a sua carga revolucionária²³.

É interessante reparar como o maoísmo não foi imune à influência desse lastro «romântico revolucionário», patente, por exemplo, na sedução pelos povos oprimidos do Terceiro Mundo e na tónica colocada na ideologia e na capacidade humana de realização. Mas à influência «romântica» — ou «antidisciplinar» (Stephens) e «artística»

(Boltanski/Chiapello) — deve igualmente juntar-se uma pulsão mais «clássica». Assim, no interior dos vários grupos e por vezes no próprio íntimo dos militantes, o imaginário da rebelião como «festa» debateu-se com a afirmação de comportamentos ascéticos; a experimentação pessoal e a abertura em termos de costumes confrontaram-se com o puritanismo e a «moral proletária»; a visão leninista do operário como sujeito histórico fundamental cruzou-se com a exaltação do camponês e dos povos oprimidos do Terceiro Mundo; a recepção das heterodoxias teóricas teve pela frente o dogmatismo e a vulgata ideológica; a sedução vanguardista das armas conflitou com a necessidade de desenvolver uma paciente ligação às «massas».

De facto, é necessária alguma atenção para não se homogeneizar excessivamente este campo político. Belden Fields fala da existência, no contexto francês, de um «maoísmo hierárquico» e de um «maoísmo anti-hierárquico»²⁴. Na mesma direcção, Marnix Dressen divide as organizações em «lenino-maoistas» — entre as quais se enquadram as mais antigas Union des Jeunesses Communistes Marxistes-Leninistes (UJCML) e o Parti Communiste Marxiste-Leniniste de France (PCMLF) — e «anarco-maoistas» — caso da Gauche Prolétarienne e da sua efémera cisão Vive la Révolution!²⁵. Uma outra catalogação passaria pela definição do primeiro momento como «marxista-leninista», no qual o conflito ideológico, centrado na questão das alianças estratégicas e do papel da violência revolucionária, se deu em regra dentro dos partidos comunistas tradicionais. Resultando invariavelmente em rupturas, ele permitiu a existência de momentâneas linhas cinzentas entre as duas correntes comunistas. Um segundo momento, mais declaradamente «maoista», ocorreu após a sedimentação da ruptura e já sob o influxo da Revolução Cultural, caracterizando-se pela adopção de um modo mais voluntarista de intervenção e por um maior antagonismo relativamente aos partidos comunistas tradicionais.

Sobre a história oral

A investigação que dá corpo a este livro sustenta-se em documentação escrita — sobretudo publicações clandestinas e material oriundo dos arquivos da PIDE/DGS —, mas também em testemunhos de antigos activistas. Convém por isso dedicar algum espaço inicial à fundamentação da chamada «história oral», de tardia introdução em

Portugal e cujo recurso ainda enfrenta resistências e desconfianças várias²⁶. Embora de seguida se faça uso da expressão, convém situar o entendimento da «história oral», não como uma disciplina particular mas, na senda de Lutz Niethammer, como uma técnica específica de investigação contemporânea²⁷.

Nas palavras de Paul Thompson, a história oral apresenta-se simultaneamente como a mais antiga e a mais recente forma de fazer história²⁸. No século v a.C., Heródoto usou testemunhos orais e Tucídides recorreu à experiência de quem presenciou as guerras do Peloponeso para traçar o relato do conflito entre Esparta e Atenas. Também o historiador francês Jules Michelet colheu depoimentos e registou impressões de contemporâneos seus sobre a Revolução Francesa. No fundo, foi apenas com o advento do positivismo, a partir da segunda metade do século XIX, que o documento escrito se impôs como a única fonte legítima capaz de produzir um conhecimento estritamente apoiado nos factos e que se queria neutro e objectivo²⁹.

A história oral desponta nos anos imediatamente a seguir à Segunda Guerra Mundial, ainda que o recurso ao testemunho e à entrevista se fizesse já em áreas disciplinares como a antropologia e a sociologia. A expressão apareceu pela primeira vez em 1948, quando Allan Nevins criou o Columbia Oral History Office, na Universidade de Columbia, em Nova Iorque. Concentrada na história política e diplomática, a instituição dedicava-se sobretudo à tarefa de conservar os testemunhos dos «grandes homens». Uma linha diferente, menos elitista, começa a esboçar-se a partir da década de 1950, utilizando fontes orais para reconstituir e compreender a cultura popular. Esta história alternativa — na época frequentemente militante e situada amiúde fora do terreno académico — foi importante na revalorização dos vencidos, dos marginalizados e dos silenciados: camadas populares, indígenas, mulheres, crianças, migrantes, minorias culturais, políticas e sexuais.

Mais recentemente, assistiu-se a uma mudança paradigmática no campo da história oral, que consistiu na passagem de uma atitude defensiva, preocupada em questionar o estatuto da objectividade, para uma atitude de celebração das suas características específicas. Esta postura teve desde cedo um lugar privilegiado de ensaio e desenvolvimento na chamada «história oral italiana»³⁰. No uso que lhe dão Luisa Passerini e Alessandro Portelli, por exemplo, as fontes orais servem não só para fornecer elementos sobre o passado que outras fontes

omitem, mas possibilitam conjuntamente a análise dos sentidos dados aos acontecimentos. Com efeito, se os testemunhos nos podem alertar para factos desconhecidos, eles permitem igualmente abordar temas como a subjectividade, a imaginação, o desejo, a estrutura da memória e a relação entre o indivíduo e os contextos sociais, políticos, económicos e culturais que o circundam³¹.

Não obstante a existência de diferentes práticas historiográficas e olhares metodológicos, o campo da história oral tem ajudado a construir um espaço de compreensão dos processos históricos contemporâneos que, por um lado, já não entende as fontes escritas como auto-suficientes e, por outro, se lança no resgate de vozes silenciadas. O estudo da antropóloga Paula Godinho sobre a chamada «Guerra de Cambedo» atesta como a recolha de testemunhos orais permite suprimir a carência e adulteração das fontes escritas. Este caso concreto refere-se ao cerco e bombardeamento da aldeia de Cambedo da Raia, no concelho de Chaves, em Dezembro de 1946, quando a Guarda Nacional Republicana e a Guarda Civil espanhola atacaram a aldeia e prenderam cerca de um terço dos habitantes sob a acusação de acolherem supostos salteadores. Na verdade, tratava-se de *maquis* — guerrilheiros que se dedicavam à luta armada contra o franquismo — oriundos do lado galego da fronteira e que detinham relações afectivas e laborais com o lado português. Com o recurso a entrevistas, Paula Godinho pôde desenhar, à margem dos documentos escritos, uma imagem que os recupera para o campo da resistência ao franquismo, desocultando uma memória banida do espaço público durante décadas³².

A historiadora Fátima Patriarca assinala igualmente algumas atenções críticas necessárias a quem recorre a fontes policiais, como sejam os arquivos da PIDE/DGS. Se é certo que este acervo é incontornável para quem pretenda estudar o Estado Novo e os oposicionismos, é de evitar uma posição que tome essa documentação como mais relevante, fiável ou «verdadeira». Reflectindo sobre o trabalho de pesquisa realizado nesse arquivo durante a preparação do estudo sobre a revolta de 18 de Janeiro de 1934, Patriarca chama a atenção para o facto de os autos de declarações — que resumem em linguagem burocrática e estereotipada as informações que a polícia conseguia extrair em interrogatório — estarem longe de fornecer uma transcrição literal do que se passou na inquirição. Não só estão ausentes as entoações, gestos e silêncios, como se omite o recurso à

violência física e psicológica. Se o procedimento inquisitório plasmado nos autos visa extrair a confissão enquanto elemento de prova, os inquiridos não deixam de desenvolver estratégias de fuga e defesa que passam por elidir responsabilidades, falsificar datas e nomes ou escamotear factos e relacionamentos³³.

Também por isso, nem sempre os autos primam pela exactidão. São, como qualquer outra fonte, uma elaboração produzida num dado contexto e servindo determinados fins, o que obriga o historiador a uma vigilância crítica que o recurso cruzado a diferentes fontes pode ajudar a aguçar. No desenvolvimento deste trabalho foi possível perceber como alguns elementos presentes nos autos da PIDE/DGS apenas se clarificaram falando com os antigos protagonistas e confrontando-os com o conhecimento que foi possível obter do que eram as organizações políticas em causa. O que, aliás, a polícia política nem sempre tinha. Como exemplo, basta atender ao documento da PIDE/DGS que faz um resumo das organizações marxistas-leninistas, constante em vários processos, e que se apresenta recheado de erros e imprecisões³⁴.

Para além do material oriundo da PIDE/DGS, um outro tipo de documentos escritos é aqui usado, ainda que sobre ele também sejam necessários cuidados específicos. Refiro-me à documentação produzida pelas organizações políticas. Muitos destes textos, em regra não assinados, são marcados por um notório triunfalismo que por vezes tomava desejos por realidades e amplificava determinados factos com intenções propagandísticas. Por outro lado, mesmo que não se apresentem assinados, esses textos eram sempre resultado da visão de quem os escreveu, das informações que tinha em sua posse e do que queria ou não revelar. De facto, o recurso às fontes orais pode permitir um retrato mais pormenorizado de um dado fenómeno, iluminando um documento escrito ou cotejando-o com leituras alternativas, que por vezes o completam e corrigem. Uma experiência concreta diz respeito à história da Unidade Revolucionária Marxista-Leninista (URML) tal como é apresentada perto do 25 de Abril no seu jornal teórico. Mesmo sem mencionar nomes, traça um retrato credível, cuja exactidão, porém, foi possível matizar confrontando-o com relatos de antigos activistas³⁵.

Isto não significa, obviamente, que as fontes orais possuam maior fiabilidade ou que sobre elas não se devam exercer rigorosas cautelas hermenêuticas. Tal como os jornais, a documentação oriunda das

organizações ou os autos da PIDE, também os testemunhos orais exigem ser lidos de forma crítica, se possível cruzados, e com um olhar atento ao seu contexto de produção e ao percurso pessoal do informante. A maneira como as fontes orais são construídas — as únicas criadas por solicitação do historiador e destinadas ao seu uso directo — tem sido, aliás, um dos mais frequentes anátemas lançados contra a história oral. Curiosamente, memórias e biografias também resultam de um esforço voluntário e pessoal de ordenação dos acontecimentos e ambas têm sido usadas pelos historiadores sem tantas reservas. Se é verdade que o recurso a testemunhos e entrevistas implica cuidados adicionais, o facto de o historiador participar no processo de construção da fonte pode ser visto como uma vantagem, na medida em que possibilita o diálogo com o entrevistado na presença de outros dados, abre campo ao esclarecimento de certos pontos menos claros e permite confrontar determinadas leituras com outras interpretações existentes.

A dimensão específica da oralidade tem sido igualmente motivo de debates que, entre outras temáticas, tocam na questão da transcrição. Portelli considera que entre a gravação e a transcrição não existe uma passagem neutral, já que mesmo a transcrição o mais literal possível implica sempre uma dose de criação. Segundo o autor, a entoação e a velocidade são dois dos limites da transcrição. No primeiro caso, podemos introduzir sinais de pontuação mas estes «difícilmente coincidem com os ritmos e as pausas empregues pelo sujeito, e acabam por confinar o discurso ao interior de regras lógicas e gramaticais que não foram necessariamente seguidas»³⁶. No que concerne à velocidade, ela associa-se à emotividade narrativa e a sua interpretação está ligada ao contexto: abrandar pode significar uma ênfase em certos pontos ou dificuldade em abordá-los, como a aceleração pode revelar uma grande familiaridade com determinados aspectos ou vontade de camuflar a sua importância³⁷. O mesmo se pode dizer relativamente às expressões faciais ou à exteriorização de emoções. Mesmo que se convençione uma notação para indicar o choro ou o riso, por exemplo, as demonstrações de mágoa, alegria, tristeza, impaciência ou saudade são claramente difíceis de sinalizar.

Tendo consciência destes limites, o certo é que a transcrição é absolutamente necessária se se quiser proceder ao seu uso num texto, que é por natureza escrito. No âmbito desta investigação, e a seguir ao diálogo com os antigos activistas e à sua transcrição,

optou-se assim por enviar o documento para o informante de modo que este pudesse efectuar correcções, rasuras ou acrescentos. Devolvendo a palavra aos narradores, atribuiu-se-lhes um controlo sobre a produção da fonte, ao mesmo tempo que se concedeu mais algum à-vontade aos entrevistados, uma vez que poderiam discorrer com alguma liberdade sem que a palavra fosse necessariamente a definitiva. Por outro lado, essa opção trouxe limites assinaláveis, já que no acto de «correcção» se retiraram forçosamente elementos considerados problemáticos, rasuraram-se nomes e omitiram-se interjeições, pausas, gaguezes, eliminando-se assim alguma da carga espontânea da conversa.

Sobre a história do imaginário

Sob a designação de «história das mentalidades» desenvolveram-se relevantes trabalhos que vieram chamar a atenção para a importância das formas mentais na definição do ser social. Um dos seus expoentes, o medievalista Georges Duby, sustenta que a compreensão das sociedades humanas implica uma atenção idêntica aos fenómenos económicos e aos fenómenos mentais, já que estes têm um carácter tão determinante como aqueles. Nas palavras de Duby, os seres humanos «não regulam as suas condutas em função da sua situação real, mas da imagem que têm desta, imagem que nunca é um simples reflexo da realidade»³⁸.

Não obstante as diferenças consideráveis ao nível dos recursos metodológicos — que foram desde o uso privilegiado da demografia e da análise quantitativa até uma orientação mais qualitativa —, a «história das mentalidades» virou-se tendencialmente para a busca das permanências, algo que o historiador Michel Vovelle denominou «força de inércia das estruturas mentais»³⁹. A noção de «mentalidade» evoca, assim, uma dimensão de constância e até de imobilidade que tem sido alvo de objecções. António Torres Montenegro alude ao facto desta característica fazer com que o historiador acabe por desconhecer ou desvalorizar documentos que apontam numa direcção oposta àquela que se busca estabelecer⁴⁰. Carlo Ginzburg sublinha como a noção de «mentalidade» pode levar a extrapolações indevidas, confundindo-se as representações de um sector da sociedade com o seu todo e um período delimitado com uma longa extensão temporal⁴¹.

No que se refere concretamente à «história do imaginário», registre-se a abordagem pioneira efectuada por Evelyne Patlagean e o impacto do trabalho de autores consagrados, como Georges Duby ou Jacques Le Goff⁴². Em *O Imaginário Medieval*, Le Goff procura definir um lugar para o conceito de «imaginário» que não se confunda com os domínios da «representação», do «simbólico» e do «ideológico». Distinguindo-se destas instâncias pela presença da «imagem», o estudo do imaginário teria, como ciências auxiliares, a filologia e a iconologia, e, como fontes privilegiadas, as obras literárias e artísticas. Apesar desta noção algo restritiva, Le Goff parece também entender o imaginário num sentido mais lato, enquanto substrato cuja exteriorização dá lugar a formas de representação que permitem aferir um dado «universo mental»⁴³.

As semelhanças entre «mentalidade» e «imaginário» são evidentes, o que aliás levou Lucian Boia a perguntar ironicamente se fazia sentido duplicar um domínio já existente. Para Boia, o imaginário distinguir-se-ia precisamente por fazer referência a algo mais profundo e menos vago. Na esteira de Carl Jung e Gilbert Durand, Boia fala de arquétipos como elementos constitutivos do imaginário. Uma vez que o ser humano é «programado» para pensar, sentir e sonhar de maneira semelhante, estas estruturas seriam «permanências mentais» de carácter universal. Como afirma o autor romeno, «a história do imaginário é uma história estrutural», porque «mesmo as mais sofisticadas construções do espírito podem ser simplificadas, decompostas ou reduzidas ao arquétipo». Simultaneamente, esta é uma história dinâmica, porque os arquétipos são estruturas abertas, que evoluem e se combinam entre si⁴⁴.

Uma leitura da história ideológica da França, recorrendo ao que Gilbert Durand denominou «constelações mitológicas»⁴⁵, foi efectuada por Raoul Girardet. O mito condensa, segundo Girardet, uma visão global do presente e do futuro colectivo, submetendo o caos dos acontecimentos a uma ordem imanente. Para além deste carácter ordenador, o mito assume um carácter mobilizador: «à função de reestruturação mental do imaginário político corresponde uma outra, de reestruturação social», que promove a coesão e a identidade do grupo. Girardet aponta a existência de três grandes mitos políticos. O primeiro corresponde à denúncia da *conspiração maléfica* tendente a submeter os povos ao domínio de forças obscuras e perversas. O segundo diz respeito às imagens de uma *Idade do Ouro*, onde se

encontraria a felicidade ou uma revolução redentora que asseguraria para sempre o reino da justiça. O terceiro estipula o apelo ao *chefe salvador*, restaurador da ordem e conquistador de uma nova grandeza colectiva⁴⁶.

Importa notar que o carácter estrutural destas tipologias pode não só cair num essencialismo inapto para compreender a diferença, mas está igualmente pouco preparado para perceber os fenómenos de mudança. Para superar esta dificuldade, o historiador e filósofo polaco Bronislaw Baczko fala da existência de «tempos quentes» na produção de imaginários, o que remete para a dinâmica transformadora existente em momentos históricos precisos. De facto, o processo de individualização e de construção do sujeito não se faz no abstracto, mas a partir de um campo de determinações historicamente situado, do qual fazem parte valores, modelos retóricos, comportamentos e convicções. Baczko menciona a existência de «identidades de imaginação», capazes de agregar esses dispositivos e de canalizar acções colectivas⁴⁷.

Assim sendo, as significações imaginárias materializam-se ao nível da produção simbólica, mas também ao nível da convivência e da acção quotidiana. Na verdade, acção e reflexão, activismo e contemplação, ser e consciência interagem num fluxo constante sem que se possa estipular a antecedência de um vector sobre o outro. A adesão a um ideário radical, os modelos de militância adoptados ou os comportamentos em contexto de tortura e prisão, por exemplo, não são independentes de motivos sociais, económicos e políticos, nem das dinâmicas que se estabelecem no interior dos grupos, das convicções partilhadas dos sujeitos e dos percursos singulares de cada actor social. Deste modo, mais do que agregar representações e práticas em redor de «constelações mitológicas», a segunda parte deste livro procurará fazer com que o olhar acompanhe movimentos e trajectos, desenhando linhas de semelhança sem ceder à tentação de suprimir a individualidade.